O papel das Faculdades de Direito na sociedade de risco ambiental: inserção do Direito Ambiental enquanto componente curricular obrigatório

The scope of the Law Schools in Environmental Risk Society: the include of Environmental Law as a mandatory curricular component

Juliana Campos de Oliveira
Rafaela Campos de Oliveira

RESUMO:

O desenvolvimento tecnológico ocorrido, no mundo, desencadeado, sobretudo, pela Revolução Industrial, ocasionou a degradação ambiental em proporções preocupantes. No Brasil, cuja sociedade configura-se enquanto sociedade risco, faz-se mister a configuração de um Estado de bem-estar ambiental no qual o Direito Ambiental pode apresentar-se como um instrumento de libertação para alcançar a proteção do meio ambiente natural. Neste sentido, tem havido a crescente necessidade de formação de mais profissionais dedicados à temática da proteção ambiental, tanto nos setores técnico e administrativo quanto na seara jurídica. Assim sendo, reconhece-se que o papel das Universidades é crucial, sendo indispensável a disponibilidade do componente curricular Direito Ambiental enquanto disciplina jurídica obrigatória nas Faculdades de Direito brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino jurídico; Direito Ambiental; Obrigatoriedade; Sociedade de Risco

ABSTRACT

Technological development has occurred in the world, triggered mainly by the Industrial Revolution led to environmental degradation in alarming proportions. In Brazil, whose society sets up as a “risk society”, it is important setting up an Environmental Welfare State. Environmental Law can present itself as a liberation instrument to reach the protection of the natural environment. In this sense, there has been a growing need to train more professionals dedicated to the theme of environmental protection, in technical and administrative sectors as the legal scope. Therefore, it is recognized that the role of universities is crucial. It’s indispensable to have Environmental Law as a mandatory juridical discipline in Brazilian Law Schools.

KEY WORDS: Juridical Education; Environmental Law; Mandatory; Risk Society

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna teve seus contornos traçados à custa de transformações profundas ocorridas na estrutura daquela existente na Idade Média.

A mudança do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, com posterior desenvolvimento da indústria e da tecnologia, delineou uma sociedade que passou a se desenvolver sob os moldes do capitalismo.

A cultura consumista, somada aos anseios por se alcançar descobertas que trouxessem benefícios em matéria de saúde, conforto, e praticidade, levaram o ser humano a relegar a natureza ao segundo plano, a qual passou a ser ilimitadamente explorada, trazendo prejuízos ambientais dantescos e irreversíveis. O mundo passava a hospedar a sociedade de risco ambiental.

Diante da desarmonia entre o progresso técnico-científico-industrial e a preservação da natureza, a insegurança tornou-se latente, e os riscos de catástrofes ambientais, iminentes, ensejando a vulnerabilidade, tanto para o ser humano quanto para o meio ambiente, autonomamente considerado.

Até meados da década de 1960, não existiam grandes preocupações com o bem-estar do meio ambiente. A partir deste período, presenciou-se a promoção de conferências mundiais com o escopo de tratar das questões relativas à interferência do homem sobre o meio ambiente, na tentativa de se alcançar o equilíbrio entre o meio ambiente e o desenvolvimento capitalista globalizado. As de maior destaque foram a Conferência de Estocolmo e a Conferência do Rio de Janeiro sobre o meio Ambiente e Desenvolvimento.

A partir de então, desenvolveram-se estudos atinentes ao estabelecimento de uma ciência ambiental. Percebeu-se a necessidade da existência de educação ambiental, que se difundisse globalmente, e tivesse viés interdisciplinar, de modo que fosse abordada em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis de ensino.

Neste sentido, o ordenamento jurídico de diversos países adotou postura mais ativa em favor da proteção ambiental, elaborando leis que passavam a tutelar o meio ambiente enquanto sujeito de valor inerente, que estava tendo sua incolumidade desrespeitada pela ação humana.

Ademais, no âmbito do Direito, delinearam-se os moldes do Direito Ambiental, novo ramo da ciência jurídica, destinado a tratar do meio ambiente enquanto bem jurídico autônomo e da sua interação com o ser humano.

Entretanto, em termos acadêmicos, até os tempos hodiernos, o Direito Ambiental, enquanto disciplina jurídica, não integra, ainda, os eixos de formação do Projeto Pedagógico estabelecido pela Resolução nº 09/04, que ora institui as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Direito.

Assim sendo, o presente artigo tem o escopo de defender a inserção do Direito Ambiental enquanto componente curricular obrigatório nas Faculdades de Direito como forma de tentar estabelecer um primeiro passo para a formação de bacharéis em Direito cientes das questões ambientais. O objetivo é tentar despertar, nos acadêmicos de Direito, interesse pelas causas ambientais e, desta forma, gerar recursos humanos dispostos a atuar em matéria jurídica ambiental, na realidade de sociedade de risco que se faz presente nos dias atuais.

1. Sociedade de risco: evidências de uma crise ambiental

Realizando digressão temporal, até a Idade Média, período que se estende do século V ao século XV, tem-se que, naquela época, predominava a ideia da vontade divina, havendo, restrições ao desenvolvimento da ciência, das artes, da cultura, que deveriam atender aos interesses da Igreja Católica. Nesse período, predominava o modo de produção feudal, baseado na agricultura, para subsistência dos feudos (MACHADO (a), 2010, p. 01).

No século XV, houve uma progressiva transição para a denominada Idade Moderna, período que vai do século XV até os dias hodiernos, sendo, para fins didáticos, considerados os séculos XIX, XX e o atual, referentes à Idade Contemporânea ou período pós-moderno (MACHADO (b), 2010, p. 01).

O marco de transição para a Idade Moderna foi a substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista, o que ensejou a ocorrência de verdadeira “revolução social” (IDEM, IBIDEM).

Considera-se que houve “revolução social” devido ao fato de, a partir do século XV, terem acontecido modificações no interior das sociedades feudais europeias, motivadas pelo advento do modo de produção capitalista entre as quais, crescimento das cidades, desenvolvimento das manufaturas, aumento populacional, desencadeando no progresso do comércio, modificando a estrutura social que existiu durante séculos (IDEM, IBIDEM).

O modo de produção capitalista se consolidou com a Revolução Industrial (IDEM, IBIDEM), cujo início foi verificado na Grã-Bretanha durante o século XVIII, se estendendo às outras partes da Europa e à América do Norte no início do século XIX, gerando, em todo o

mundo, aumento na produção de vários tipos de bens e grandes mudanças na vida e no trabalho das pessoas (REBOUÇAS, 2003, p. 38). Passou a haver, além do desenvolvimento industrial, avanços nos setores tecnológico e científico.

Devido aos avanços tecnológicos, o ser humano experimentou uma explosão desenvolvimentista jamais ocorrida, o que trouxe condições favoráveis à erradicação de algumas epidemias, a cura de doenças, a descoberta de mecanismos de prolongamento da vida humana, alargando as fronteiras do conhecimento e propiciando também uma explosão demográfica sem parâmetros na sua história (SANTOS, 1996, p. 217).

Mas, por outro lado, gerou alguns prejuízos, sobretudo, se se considerar a degradação ambiental decorrente desse desenvolvimento técnico-científico industrial. A produção de bens em excesso, a cultura consumista e o aumento sem planejamento populacional são fatores que contribuíram para um aprofundamento da problemática (BARBOSA, 2005, p. 19).

O homem passou a ter um domínio ilimitado da natureza alterando os fatores naturais da Terra, devido à necessidade de utilização dos seus recursos em prol da realização de objetivos de crescimento. Em consequência, passou a ocorrer degradação do meio ambiente, devido à exploração desordenada dos recursos naturais, dando ensejo a uma crise ambiental (SANTOS, 1996, p. 217).

Lovelock (2006, p. 07), autor da teoria de Gaia, considera ser lamentável constatar que muitos danos já foram provocados ao planeta Terra, o que, inevitavelmente, trará como consequência a recepção das futuras gerações por uma Terra empobrecida. Entende que isso se constitui em uma dívida dos seres humanos para com o planeta.

A crise ambiental, desta forma, consiste em escassez de recursos naturais e em diversas catástrofes em nível planetário, surgidas a partir das ações degradadoras do ser humano na natureza (LEITE E AYALA, 2010, p. 23).

Diante de tais fatos, considera-se que a sociedade configurada após a Revolução Industrial tem como característica ser uma sociedade de risco (GORDILHO, 2009, p. 61).

Sociedade de risco consiste em modelo sociológico, desenvolvido por Ulrich Beck, que descreve o estado em que se encontra a sociedade pós-moderna: diante da organização capitalista dos processos de exploração dos recursos naturais, em que os perigos e os riscos advêm das mais diversas origens, o que dificulta o controle desses problemas por parte dos diversos setores da sociedade, entre os quais, a sociedade civil, as organizações associativas, as instituições públicas ou privadas (LEITE E AYALA, 2002, p. 11).

O modelo de desenvolvimento econômico e industrial proveniente da Revolução Industrial prometia o bem-estar para todos, mas não cumpriu com o prometido, uma vez que,

apesar dos benefícios tecnológicos, trouxe a devastação planetária e indiscriminada (LEITE E AYALA, 2010, p. 24).

Castro assevera que, ao entregar todo poderio nas mãos da tecnologia pós-moderna, é esquecido que a própria ciência é a protagonista dos problemas agora surgidos, o que a torna incapaz de solucioná-los (CASTRO, 2003, p. 148).

O risco é fruto da modernidade, e, como consequência da globalização e do progresso da ciência, desenvolveu-se de diversas maneiras, principalmente sem a necessária sustentabilidade, dando ensejo à crise ambiental (MENEZES, 2003, p. 125).

Menezes considera que a globalização, por seu caráter cosmopolita e transformador, contribuiu para a inserção de uma nova forma de pensamento e de enfrentamento da realidade, na sociedade pós-moderna, tornando real o progresso tecnológico que tanto acelerou as relações sociais. A partir dessa civilização tecnologicamente evoluída, a capacidade humana quebrou barreiras dos limites naturais, proporcionando bem-estar, conforto, praticidade e facilidade (IDEM, p. 126).

Estes benefícios, em contrapartida, foram alcançados à custa de séculos de irresponsável devastação da natureza, devastação esta, que atingiu dimensões insustentáveis, cujas consequências têm transferido o homem da posição de autor e beneficiário à vítima de seus atos (CASTRO, 2003, p. 146). De acordo com Castro,

os riscos advindos dessa incontrolável sede do homem de explorar o meio ambiente encontram-se fora da órbita de seu conhecimento, passando, então, a ocupar uma posição de insegurança, de futuro incerto para sociedade contemporânea. A ciência, aqui, sempre vista como fortaleza inexpugnável da humanidade, já não mais consegue revelar o grau de ameaça que tais riscos implicam (IDEM, IBIDEM).

A sociedade de risco convive com problemas como a poluição atmosférica, do solo, das águas, sonora, visual, os desmatamentos, a diminuição da camada de ozônio, para citar alguns. São notícias de guerra, fome, acidentes nucleares, risco de armas biológicas, a miséria de grande parte da população, a qual tem propiciado insensata exploração das fontes naturais de riqueza. São fatores que afetam a qualidade de vida dos cidadãos e a dignidade e harmonia do meio ambiente (MENEZES, 2003, P. 124).

Considera-se que a palavra-chave da sociedade de risco é “insegurança”. Hoje, se vive num ambiente inseguro, diante do paradoxo entre a tecnologia e o desequilíbrio, em que se está constantemente à iminência de acontecimentos catastróficos e irreparáveis para a natureza, decorrentes da atividade humana egoística, individualista e utilitarista.

Menezes considera que segurança e controle são expressões que já apresentam como pressuposto incerteza e problemas, entendendo que a análise da sociedade de risco evidencia que a segurança é quase impossível (MENEZES, 2003, p. 130).

Hammerschmidt (2003, p. 137), com respaldo em Canotilho, ressalta que a incerteza e a ignorância sempre caracterizaram o conhecimento humano e hoje constituem o paradigma e elemento estruturante da sociedade, a qual se move no reino da “incerteza”.

Fator preocupante é que, diante do problema de risco, tanto o direito de regulação mostra-se deficiente, quanto o modelo de Estado que está construído sob padrões de segurança e racionalidade que estão pouco aptos a lidar com padrões de imprevisibilidade (LEITE E AYALA, 2002, p. 20).

Neste contexto, Menezes (2003, p. 130) salienta que uma tentativa de solução a se buscar é a formação de um Estado do bem-estar ambiental como elemento capaz de administrar os riscos provenientes da sociedade pós-moderna, na busca por uma comunidade menos transtornada.

Leite e Ayala (2010, p. 125) asseveram que o Estado de bem-estar marginalizou a questão ambiental devido ao fato de supervalorizar as políticas de pleno emprego e de maximização da utilização dos fatores da produção, ignorando o desenvolvimento de uma política ambiental que objetivasse a melhor qualidade de vida.

Consideram, em conformidade com Canotilho, que, para formular um Estado de Direito do Ambiente, este, além de ser um Estado de direito, um Estado democrático, um Estado social, deve também modelar-se como Estado Ambiental (IDEM, p. 28-29).

Menezes (2003, p. 131) considera que em vistas a tentar garantir um Estado de bem-estar ambiental, o Direito do Ambiente pode apresentar-se como um instrumento de libertação para alcançar a estimável finalidade ecológica. Entende que os instrumentos necessários para se alcançar o estado do bem-estar ambiental são

a eficiência jurídica face às questões da globalização; a emancipação ética dos indivíduos na sociedade pós-moderna; a formação de uma sociedade plurarista, democrática e participativa no discurso jurídico; a própria função do Direito Ambiental, enquanto técnica de libertação; a estrutura normativa das normas ambientais, a consciência e a educação por uma ecologia que seja interdisciplinar e multidisciplinar e a elaboração de um estatuto autônomo do ambiente (IDEM, IBIDEM).

É necessário que haja um distanciamento do Direito técnico-regulatório e uma oposição ao direito ético-emancipatório, o qual constitui a nova dimensão do Direito Ambiental, e que, além de ser capaz de maximizar o desenvolvimento da sociedade, a

igualdade dos indivíduos e a dignidade humana, pode construir um conhecimento lógico, multicultural e democrático, de forma a ser um instrumento de defesa contra a sociedade marcada pelo risco (IDEM, p. 132).

A utilização dos mecanismos clássicos de consolidação do direito torna-se inviável face aos problemas advindos da sociedade de risco. Isto porque a proteção jurídica do meio ambiente não pode ser analisada sob um ponto de vista isolado, uma vez que este bem está intimamente relacionado com outros ramos do conhecimento humano, tais como a química, a biologia e a geografia, dentre outros (CASTRO, 2003, p. 146).

De acordo com Menezes, em virtude de ser, o Direito Ambiental, o ramo jurídico incumbido de promover a educação do homem em relação à natureza, e de estar ligado às evoluções sócio-econômica e técnico-científica, o enfoque relacionado ao aspecto interdisciplinar vem adquirindo importância nas relações ambientais da comunidade contemporânea (MENEZES, 2003, p. 137). Assim, o Direito se configura como um instrumento de análise global do somatório dos problemas, na compreensão das suas especificidades e na busca por soluções criativas, integradas e compromissadas com o ordenamento jurídico e com a qualidade de vida (IDEM, p. 127).

Todavia, é importante salientar que, para haver a consolidação de um Estado de bem-estar ambiental direcionado a enfrentar os problemas advindos da sociedade de risco, é indispensável, além de uma democracia ambiental e de um estado de justiça ambiental, a educação ambiental, com o intuito de ampliar a consciência dos cidadãos e estimulá-la nos aspectos concernentes aos valores ambientais. Leite e Ayala enfatizam que “em uma rede interligada de informação, participação e educação, a última é a base das demais, pois só munido de educação pertinente é que o cidadão exerce seu papel ativo, com plenitude” (LEITE E AYALA, 2010, p. 45).

A educação ambiental visa à transformação da sociedade para o exercício da cidadania, propõe-se a formar pessoas que assumam seus direitos e responsabilidades sociais e a formar cidadãos que adotem uma atitude participativa e crítica nas decisões que afetam sua vida cotidiana (BALDIN, RODRIGUES E HARITSCH, 2009, p.225).

Menezes (2003, p. 137) pondera que, sem embargo da diversidade de áreas que carecem de atenção, não se deve pôr em óbvio que a sociedade precisa desenvolver uma consciência voltada para o próprio ambiente. A natureza clama por ajuda e proteção. E para o homem obter uma vida íntegra, incorruptível e adequada, deve-se formar um pensamento concernente à reabilitação da qualidade do ambiente de que tanto se precisa. Para isso, faz-se mister primar por uma verdadeira educação ambiental, pois o objeto do Direito Ambiental

deve ser protegido, a fim de que a dignidade da pessoa humana possa ser, de fato, estabelecida.

Considera o autor, que a essência do Direito Ambiental é a tentativa de construção de um ambiente saudável e de uma sociedade educada ecologicamente (IDEM, p. 132).

A sociedade precisa desfrutar de seu ambiente com seriedade, responsabilidade e bom senso. Este é o exercício da cidadania em prol de um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. A consideração jurídica da natureza é analisada como a chave que abre a porta da segurança ambiental. A construção de um autêntico Estado de bem-estar ambiental pode ser uma medida adequada no combate aos riscos advindos da sociedade contemporânea, bem como uma tentativa de gerenciamento dessas inseguranças e incertezas (IDEM, p. 142).

2. Sobre o ensino do Direito no Brasil

Esboçando um breve histórico acerca da evolução do ensino do Direito no Brasil, tem-se que, a princípio, o Direito do Brasil-colônia era privativo aos coronéis e à coroa, desvinculado da população, destinado a atender aos interesses da Metrópole. Buscava-se antes da formação jurídica, a formação de uma elite política a administrativa (CURY, 2002, p. 128).

Em 1827, foram fundadas duas Faculdades de Direito no Brasil, sendo uma em São Paulo e uma em Olinda. No currículo destes cursos constavam dezoito disciplinas, divididas em nove cadeiras a serem ministradas em cinco anos. A maior parte das disciplinas estava direcionada à formação político-administrativa das elites funcionais do Estado (AMARAL, 2000, p. 333).

Posteriormente, com o final do absolutismo, ocorreu mudança no ensino jurídico brasileiro que deu ensejo aos projetos de elaboração de um Código Civil brasileiro e a permissão para a criação de novas faculdades de Direito. A partir de então, foi presenciada a multiplicação indiscriminada dos cursos de Direito (MARTINEZ, 2003, p. 29-30) .

Até a década de 1930, diversas disciplinas foram individualizadas, como é o caso da Teoria e Prática do Processo Civil, Comercial e Criminal, que antes eram estudadas conjuntamente, na disciplina Prática Forense (AMARAL, 2000, p. 333).

Entre os anos de 1930 e 1945, o ensino jurídico manteve-se estagnado, mesmo diante das transformações existentes no campo econômico e social, do surgimento de uma nova classe dominante urbana, centrada no comércio e na industrialização do país (MARTINEZ, 2003, p. 34).

Na busca de uma reestruturação nacional como forma de superação dos vícios do Império e das Oligarquias da República Velha, foi realizada uma grande produção legislativa de codificações no Estado Novo, sendo elaborados o Código de Processo Civil, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Nova Lei de Introdução ao Código Civil, além da criação de mais cursos de Direito (IDEM, p. 36).

Entretanto, a pedagogia adotada nos cursos de Direito ainda seguia modelos ultrapassados que se restringiam ao estudo do Direito Positivo. Diante da desarmonia entre o ensino jurídico e a realidade social, em 1961, foi proposta alteração curricular que culminou, em 1962, na implantação do denominado currículo mínimo, em substituição ao currículo pleno. Em 1972, com a Resolução nº 3/72 do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a grade curricular dos cursos sofreu nova alteração (IDEM, p. 37-38). Cury, esboçando comentário acerca da Resolução nº 3/72 considera que

trouxe a flexibilidade curricular necessária para uma maior elasticidade no ensino jurídico, permitindo que as Faculdades de Direito inserissem disciplinas e/ou criassem habilitações que considerassem as diferenças regionais e as necessidades advindas de cada região, tendo em vista as demandas locais do mercado de trabalho; e, muito embora tal resolução se devesse a um Estado autoritário, esta não impôs um modelo ou proposta autoritária ou conservadora para o ensino jurídico (2002, p. 117).

Entretanto, até meados da década de 1990, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ainda presenciavam-se cursos de Direito que mantinham a mesma estrutura curricular desde a reforma de 1973, o que resultava num ensino deformador e insatisfatório na preparação de bacharéis para um mercado profissional que já se mostrava saturado (MARTINEZ, 2003, p. 41).

Para tentar resolver este problema, Cury (2002, p. 181-182) explica que foi elaborado, em dezembro de 1993, pelo MEC e pela Secretaria de Educação Superior (SESU), um relatório que afirmava a necessidade dos cursos jurídicos elevarem a qualidade no ensino, propiciando uma sólida formação técnico-jurídica e sócio-política, direcionada para a construção de um saber crítico capaz de contribuir para a transformação e ordenação da sociedade, aumentando as fontes de informação sobre as situações sociais e políticas onde o direito deve atuar.

O relatório do MEC/SESU serviu de fundamento para elaboração da Portaria 1.886/94/MEC, que fixava o currículo mínimo para o ensino jurídico. A partir da edição desta Portaria, começaram a ser visualizadas modificações no que concerne ao ensino jurídico nas Faculdades de Direito (IDEM, p. 182).

Akiau considera que esta Portaria representou o marco legislativo da nova estrutura de ensino do Direito no Brasil, uma vez que alterou substancialmente a estrutura tradicional e ultrapassada, até então vigente (2007, p. 77).

Bastos enaltece a importância da Portaria nº 1.886/94 por ter enfatizado o ensino de disciplinas de natureza profissionalizante, disciplinas de formação complementar, abertura para definição de projetos voltados para vocação especializada do curso e o desenvolvimento das atividades de formação prática coordenada com estágios profissionais, bem como o incentivo à elaboração monográfica e às atividades curriculares complementares, tais como: congressos, seminários e simpósios (2000, p. 338).

Entretanto, Santos e Morais advertem que, ainda que num primeiro momento, as Faculdades de Direito no país tivessem adotado o instrumento de programação político-pedagógica esboçado pela Portaria, na maioria delas, a situação permaneceu a mesma. Os cursos, em geral, permaneciam alheios ao projeto de sistematicidade e organicidade, sem comunicação conteudística entre as diferentes disciplinas e as estratégias metódicas que possibilitassem o desenvolvimento articulado e otimizado de conteúdos (SANTOS E MORAIES, 2007, p. 44).

Mais recentemente, em 2004, foram editados os Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES) nºs 211/04 e 329/04, que aprofundaram as concepções, conceitos e preocupações da Portaria nº 1.886/94 (AKIAL, 2007, p. 84).

Estes Pareceres contribuíram para a edição, em 29 de setembro de 2004, da Resolução CES/CNE nº 9/2004, que instituiu as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito, revogando a Portaria nº 1.886/94 e demais disposições em contrário.

A Resolução nº 9/04 é a que vigora atualmente. Destacam-se, entre seus dispositivos, o art. 2º que, no *caput*, tornou obrigatório o modelo pedagógico pautado por conteúdos curriculares, manteve o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, além do trabalho de conclusão de curso como componente curricular obrigatório.

O parágrafo 1º, do mesmo artigo, dispõe que o projeto pedagógico do curso deverá abranger, entre outros elementos estruturais, a concepção e objetivos gerais do curso contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social, formas de realização da interdisciplinaridade, modos de integração entre teoria e prática.

O art. 3º dispõe que deverá ser assegurado, pelo curso de graduação em Direito, sólida formação geral, humanística e axiológica, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos

e sociais, aliada a uma postura reflexiva e crítica, visando a prestação da justiça e o desenvolvimento da cidadania.

De acordo com o art. 5º, o curso de graduação em Direito deverá contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam a três Eixos de Formação: um Eixo de Formação Fundamental, que estabeleça as relações do Direito com outras áreas do saber, envolvendo conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia; um Eixo de Formação Profissional, em que o estudo seja realizado sistematicamente e contextualizado segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo conteúdos essenciais de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual; e um Eixo de Formação Prática, que busca a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, tendo como atividades o estágio supervisionado, o trabalho de curso e as atividades complementares.

Akiau considera que, de forma geral, as novas diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Direito demonstram grande flexibilidade, dando uma grande margem de autonomia para a instituição de ensino estabelecer sua organização curricular, com base em seu Projeto Pedagógico (2007, p. 86).

Considera, entretanto, que a inserção do Direito Empresarial entre os conteúdos curriculares essenciais do Eixo de Formação Profissional pareceu de pouca sustentação, diante dos graves problemas emergentes que abalam a sociedade atual (IDEM, p. 87). Neste sentido, questiona

por que a opção por conteúdo de Direito Empresarial (que reúne predominantemente conteúdos de disciplinas dogmáticas – Direito Comercial, Direito Tributário, Direito do Trabalho) e não Direitos Difusos e Coletivos (que reúne conteúdos que crescentemente afligem substancialmente as relações da sociedade) ou, ainda, não querendo afastar-se do viés econômico, de Direito do Desenvolvimento Sustentável? (IEM, IBIDEM).

3. O componente curricular Direito Ambiental e a necessidade da sua inserção enquanto obrigatório no ensino jurídico brasileiro

Akiau e Padueli salientam que, na Resolução nº 9/04, ao contrário da atenção que ainda recebem os conteúdos das disciplinas dogmáticas, os conteúdos relativos à disciplina

Direito Ambiental não integram qualquer dos eixos de formação, cabendo à instituição de ensino, de acordo com o seu projeto pedagógico, definir a eventual oferta dos referidos conteúdos em disciplinas próprias ou afins (2007, p. 08).

Freitas, comentando acerca de um diagnóstico sobre programas de formação ambiental em nível universitário na América Latina e Caribe e um estudo sobre a incorporação da dimensão ambiental nas ciências sociais, ressaltou que estas ciências se encontram entre as disciplinas mais resistentes a transformar seus paradigmas de conhecimento e a abrir seus temas privilegiados de estudo com relação à problemática ambiental (2003, p. 145).

Coadunando com os posicionamentos anteriores, entende-se que, a Resolução nº 9/04, apesar de condizente com a realidade atual, por requerer estudo crítico, interdisciplinar, que correlacione a teoria e a prática, falhou, ao deixar de abordar temas relevantes e presentes no cotidiano da sociedade hodierna, tais como os relativos aos direitos coletivos e difusos. Em particular, a ausência do enfoque ao Direito Ambiental.

Para haver a prestação da justiça e o desenvolvimento da cidadania, requeridos pelo art. 3º da Resolução nº 9/04, considera-se como indispensável, aos alunos, o acesso aos conteúdos referentes ao Direito Ambiental.

Além disso, conforme explicitado em linhas anteriores, o art. 2º dispõe que o projeto pedagógico das faculdades abrangerá, além dos objetivos gerais do curso, a contextualização destes com as suas inserções institucional, política, geográfica e social (inciso I, do art. 2º, da Resolução nº 9/04). Sendo assim, mostra-se indispensável que exista a disponibilidade de conteúdos de Direito Ambiental nas grades curriculares das Faculdades de Direito do Brasil.

Pode-se dizer, ainda, que a inserção do componente curricular Direito Ambiental de forma obrigatória, nas grades curriculares das Faculdades de Direito, atende às exigências dispostas no inciso II, do art. 5º, da Resolução nº 9/04, uma vez que, de acordo com este dispositivo, é necessário que o eixo de formação profissional esteja contextualizado com a evolução da ciência do Direito e sua aplicação, entre outras, às mudanças sociais.

É importante esclarecer que a Universidade brasileira possui, nos dias de hoje, desafios e uma enorme responsabilidade na educação de terceiro grau e, especialmente, no processo de formação de profissionais que atendam às necessidades sociais e de mercado de trabalho no Brasil (AKIAU, 2007, p. 59).

De acordo com Chauí (2001, p. 35), entende-se que a Universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada.

Philippi Júnior e Pelicioni (2000, p.04) consideram que o papel da Universidade, nessa troca e construção de novos saberes, é sistematizar os conhecimentos gerados, de forma a torná-los compreensíveis e aplicáveis em ações conscientes. Ou seja, procura-se repensar a prática a partir da teoria discutida e trabalhar a teoria, à luz da prática vivida.

O ensino do Direito, em particular, deve seguir esta tendência. Precisa ser mais vinculativo, atrelar a teoria estudada nos livros à prática da realidade circundante. É necessário que os problemas enfrentados pela sociedade sejam abordados em sala de aula para possibilitar tornar “vivas”, as letras dos compêndios acadêmicos. Neste âmbito, Silva entende que

o ensino do Direito coloca problemas pedagógicos específicos, por se tratar de um domínio científico que tem por objeto uma realidade que se destina a ser aplicada, o que impõe que se considere a ‘indissociável relação entre a ciência e a técnica jurídica, entre a norma e a realidade, entre o Direito legislado e o aplicado. E a necessidade de o jurista estar em condições tanto de pensar, como de aplicar o Direito, o que obriga a um ensino universitário do Direito que tenha em conta essa dupla dimensão (2006, p. 12).

Em face do surgimento de uma nova geração de problemas ambientais, o Direito é forçado a se ajustar à Sociedade de Risco e às suas demandas, cada vez mais globais e ameaçadoras (CARVALHO, 2008, p. 35).

Oliveira e Oliveira (2010, p. 1591), em pesquisa realizada, no ano de 2006, entre alunos de Direito Ambiental da Faculdade de Direito da Universidade Estadual da Paraíba, avaliaram o posicionamento destes alunos perante as questões referentes à preservação do meio ambiente. Constataram, entre outras coisas, que, apesar da maioria dos alunos ter consciência dos problemas ambientais e ser favorável à existência da disciplina Direito Ambiental no curso de Direito, 76% não pretendem se especializar na área ambiental.

A partir desta pesquisa, as autoras concluíram ser fundamental que o componente curricular Direito Ambiental se torne obrigatório nas grades curriculares dos cursos de Direito do Brasil (IDEM, p. 1592).

Isto porque, através do estudo do Direito Ambiental, almeja-se, além de proporcionar aos graduandos, acesso à teoria concernente ao Direito Ambiental, alertá-los acerca da fundamental importância da preservação ambiental e da consideração do meio ambiente como bem demasiadamente vulnerável e carente de tutela efetiva e concreta (IDEM, IBIDEM).

Correlacionando os problemas ambientais aos conteúdos curriculares dos cursos de Direito, Akiau considera que

a complexidade da questão ambiental e o crescimento das restrições e instrumentos legais para o enfrentamento dos problemas ambientais passaram a requerer conteúdos curriculares não convencionais nos cursos de Direito, dentro de um projeto pedagógico que preveja a relação interdisciplinar e a sua função social. Neste contexto, Direito Ambiental, Direitos de Terceira Geração ou de Solidariedade e Direitos Difusos e Coletivos, passaram a ter grande importância na formação do advogado (2007, p. 95).

A pesquisa realizada pelas autoras e as considerações desenvolvidas por Akiau dão ensejo ao tema da educação ambiental nas Universidades, que, de acordo com o art. 2º da Lei de Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), deve ser promovida em todos os níveis da educação.

De acordo com Akiau, a educação ambiental no ensino superior é tímida, quando não, ausente (IDEM, p 93). Considera ser fundamental que os cursos de graduação ofereçam recursos metodológicos inovadores e conteúdos curriculares que promovam a educação ambiental, para que, no mínimo, o direito à cidadania possa ser amplamente exercitado em favor ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e aos demais direitos e garantias fundamentais (IDEM, 16). Restringindo-se aos cursos de Direito, esclarece que

a promoção da educação ambiental será considerada efetivada pelo curso de Direito quando o conteúdo curricular deste favorecer a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para garantir, às presentes e futuras gerações, o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, visando o fomento da compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, da consciência crítica, da participação e do exercício da cidadania, tudo em conformidade com a Política Nacional de Educação Ambiental (IDEM, p24).

Infere-se que os requisitos promotores da educação ambiental no âmbito dos cursos de Direito percorrem temas inerentes ao Direito Ambiental. Sendo assim, a presença do Direito Ambiental nos currículos dos cursos de Direito, além de ser essencial para preparar os graduandos a lidar corretamente perante causas de natureza ambiental, é indispensável para disseminar a educação ambiental nestes cursos, o que deve ser exigido em todos os níveis de educação.

Leff (2001, p. 217) considera que a incorporação do saber ambiental na formação profissional requer a elaboração de novos conteúdos curriculares de cursos, carreiras e especialidades. A formação numa disciplina ambiental implica a construção e legitimidade desse saber, sua transmissão na aula e sua prática no exercício profissional. A formação do saber ambiental, sua dispersão temática e a especificidade de suas especializações dependem

das transformações possíveis dos paradigmas científicos tradicionais onde se insere o saber ambiental.

Inquestionavelmente a Resolução nº 9/04 trouxe avanços significativos. Buscou modificar o modelo tradicional presenciado nas Faculdades de Direito durante décadas. Todavia, pecou por não fazer menção aos Direitos Difusos e Coletivos, entre os quais, o Direito Ambiental.

Entretanto, o caráter flexível da Resolução atribuiu autonomia às Faculdades de Direito para organizar seus currículos com base em seus Projetos Pedagógicos, os quais devem estar adequados à realidade que os circunda.

Neste sentido, perante a sociedade de risco ambiental, que enseja providências advindas dos diversos setores da sociedade, entende-se que o Projeto Pedagógico das Faculdades de Direito brasileiras necessita incluir temas direcionados ao Direito Ambiental, o que, na prática, resulta na inserção do Direito Ambiental enquanto componente curricular obrigatório.

Akiau considera que, no Brasil, através das disposições normativas a respeito do ensino jurídico, editadas subsequentemente à atual Lei de Diretrizes e Bases de Educação (Lei nº 9.394/96), que tornaram os currículos mais flexíveis, percebeu-se a possibilidade de inserção de uma cadeira de Direito Ambiental nas grades curriculares dos cursos de Direito do país, para atender às necessidades e aos desafios da nova era (2007, p. 99).

A pesquisa desenvolvida por Oliveira e Oliveira, anteriormente comentada, mostra que há, ainda, poucos profissionais que pretendem enveredar pela carreira do Direito Ambiental.

Não se pode afirmar ser esta, uma tendência nacional, mas, por outro lado, são dados que não podem ser desprezados. Estes resultados ressaltam a necessidade da existência de estudos obrigatórios voltados ao Direito Ambiental nas Faculdades de Direito brasileiras, enfatizando a realidade de risco ambiental em que se encontra a sociedade atual. Faz-se mister a existência de profissionais do Direito capacitados para atuar na seara ambiental. Neste sentido, Castro considera que

a simples inserção da cadeira de Direito Ambiental não garante, entretanto, a capacitação de profissionais na área. Em primeiro lugar, é essencial a percepção de que, embora sendo mais uma cadeira de Direito, o Direito Ambiental perpassa inúmeras outras áreas. Por outro lado, é preciso ainda verificar a capacitação dos próprios professores e profissionais que ministram tal disciplina (...) se tais cadeiras vem abordando as questões ambientais de forma a perceber as inter-relações de seus aspectos, a complexidade e amplitude de seus problemas e a multicausalidade do dano ambiental (2005, p. 28).

As considerações de Castro remetem ao significado da expressão ensino. A palavra ensino é gramaticalmente considerada como sendo derivado regressivo do verbo ensinar (FERREIRA, 2009, p. 352) que significa etimologicamente, o ato de, por marcas ou sinais, assinalar, designar ou mostrar as coisas. Bezerra considera que “o próprio significado pedagógico atual de ensinar tem a ver com a sua etimologia, pois o essencial do ato de ensinar consiste em *tornar as coisas legíveis*, tratá-las e apresentá-las de modo que possam ser aprendidas” (2007, p. 164).

Castro destaca que o papel da Universidade na capacitação de profissionais na área do Direito Ambiental está diretamente ligado ao desenvolvimento, dentro da própria universidade, de espaços de estudo do ensino multi e interdisciplinar, incentivando e disseminando um pensamento holístico e integrado da problemática ambiental (2005, p. 29).

Considera, ainda, ser necessário um aperfeiçoamento do Direito Ambiental, no sentido de se descobrir melhores e mais eficazes mecanismos de proteção do bem ambiental. Considera que, para tanto, é preciso profundo conhecimento, por parte dos operadores do Direito, das diferentes facetas da problemática ambiental e de sua multicausalidade, assim como é essencial a participação conjunta de técnicos e profissionais das diferentes áreas do conhecimento na elaboração e aplicação das leis (IDEM, p. 25).

Pouco adianta o amplo debate sobre os problemas que envolvem a questão do desenvolvimento e da preservação ambiental, e a implementação, quer por força de lei ou por força do próprio mercado, de uma gestão ambiental, se não se pode contar com profissionais capacitados para trabalhar na área, com profundo conhecimento das inter-relações observadas e aptos a solucionar os conflitos emergentes (IDEM, IBIDEM).

A capacitação de recursos humanos para atuação na área ambiental, segundo Castro, deve buscar a formação de uma consciência ambiental em indivíduos aptos ao pleno exercício da cidadania e à realização de ações de transformação socioambiental embasadas nos conceitos de ética, justiça, equidade e democracia, preparando-os, ao mesmo tempo, para a construção de sociedades mais sustentáveis (IDEM, p. 13).

Castro, ao desenvolver pesquisa destinada a analisar o impacto dos Cursos de Especialização em Direito Ambiental, realizados pela Faculdade de Saúde Pública e pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na atuação profissional dos alunos neles capacitados entre os anos de 2000 e 2003, observou que houve um aumento de cinco pontos percentuais no número de profissionais que passaram a atuar na área ambiental após concluir um dos cursos de Especialização em Direito Ambiental, além de significativa mudança na forma de compreender a questão ambiental (IDEM, p. 89-98).

A autora entende que estes dados demonstram a importância da compreensão da amplitude da questão ambiental, tanto como forma de expandir a atuação na área, quanto para o conhecimento do arcabouço legal correspondente e atendimento à legislação atualmente em vigor (IDEM, IBIDEM).

Por óbvio, para aqueles profissionais que pretendem se dedicar à área do Direito Ambiental, não se pode negar ser indispensável aperfeiçoar-se, aprofundar-se em cursos especializados na área. No entanto, o contato com o assunto, ainda na graduação, mostra-se fundamental. Isto porque dispensa a todos os graduandos em Direito, noções acerca de ramo novo, porém salutar para a sociedade atual.

Akiau e Padueli defendem que o Direito Ambiental deve sofrer um processo de valorização que culmine na obrigatoriedade do componente curricular nos cursos de graduação em Direito em todo o país. Em função da necessidade de estudo de temas relacionados ao meio ambiente, a disciplina Direito Ambiental deveria ser tratada como matéria obrigatória, e não meramente eletiva como ainda acontece em grande parte das instituições de ensino superior (2007, p. 2-3).

Além disso, considera-se que o componente curricular Direito ambiental deveria ser obrigatório não apenas nos cursos de Direito, mas também, nos diversos cursos das áreas de Ciências Exatas, Ciências Naturais, Ciências Humanas, uma vez que abrange situações que estão presentes nas diversas áreas (ALMEIDA, 2007, p. 02).

A temática ambiental emerge em todo o mundo. A transversalidade dos assuntos, a ela inerentes, oferece uma visão globalizada, que possibilita atuação consciente do profissional de Direito e dos profissionais das demais ciências, tendo em vista que muitas das ações degradadoras existentes hoje no mundo ocorrem por falta de entendimento e compromisso com o meio ambiente (IDEM, IBIDEM).

De acordo com Martins (2005, p. 29), a Associação Europeia das Associações de Direito do Ambiente, ao debater as questões referentes ao Direito Ambiental, chegou à conclusão de que a consolidação e aplicabilidade do Direito Ambiental se configuram como sendo uma das principais preocupações no que concerne à proteção ambiental.

Sendo assim, Martins salienta que a Associação elegeu como um dos itens necessários à consolidação e aplicabilidade do Direito Ambiental, a institucionalização, reforço e generalização do Direito Ambiental, nas Universidades, como disciplina obrigatória nos cursos de Direito (IDEM, p. 32).

Akiau afirma que um dos principais problemas enfrentados pelos juristas que pretendiam trabalhar na área ambiental era a necessidade de formação específica, devido ao perfil curricular dos cursos de graduação, desprovido de enfoque ambiental (2007, p. 95).

Afirma o autor, que, na Europa, a preocupação com a questão resultou na introdução, nos currículos dos cursos de Direito, da cadeira de Direito Ambiental (IDEM, p. 96).

Transpondo-se para o Brasil, entende-se que a inserção do Direito Ambiental entre os componentes curriculares obrigatórios enriqueceria sobremaneira as grades curriculares dos cursos de Direito, tornando-os mais adequados e conectados com a realidade mundial de luta pela preservação do meio ambiente.

Indispensável, uma vez mais, frisar, em referência à Resolução nº 9/04, ser lamentável que, em seus dispositivos, não tenha sido incluído de forma expressa a necessidade da existência, nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Direito, de conteúdos essenciais de Direito Ambiental.

No Brasil, convém citar, ainda, a Aprodab (Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil). A Aprodab foi constituída com a missão institucional de lutar pela implementação do ensino obrigatório de Direito Ambiental como disciplina autônoma nos cursos de Direito do país e velar pela sua qualidade, respeitando os princípios basilares da Ética, da Responsabilidade e da Justiça Ambiental (CARTA DE PROFESSORES, 2003, p. 227).

Os professores integrantes dessa Associação elaboraram, no 1º Congresso Nacional da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil, realizado em Florianópolis, Santa Catarina, nos dias 05 e 06 de setembro de 2003, uma Carta aos Professores. Através desta, os professores integrantes da Aprodab se comprometeram a, entre outros dispositivos, promover ações que visem à construção do ensino e da prática do Direito Ambiental, com base na Ética acadêmica e profissional; contribuir para a implementação do Direito Ambiental e para o aperfeiçoamento de suas normas na busca da democracia ambiental, incentivando as resoluções de conflitos ambientais por meio de processos cooperativos fundados no respeito às diferentes posições advindas dos diversos segmentos da sociedade; desenvolver o processo de ensino e aprendizagem das questões ambientais na busca de soluções jurídicas que visem harmonizar as necessidades do ser humano, com as possibilidades dos recursos do meio ambiente (IDEM, IBIDEM).

A relevância da elaboração da Carta aos Professores reside no fato de que se configura importante que as instituições de ensino superior estejam também inseridas no contexto da proteção ambiental por intermédio da educação.

No que concerne à educação associada à necessidade de uma sociedade participativa entrosada com o novo contexto mundial, entende-se que a educação representa, dentre outras coisas, uma possibilidade de integração geracional às novas condições de um mundo que se encontra em processos exponenciais de mutação. Santos e Morais consideram que a educação

é o principal instrumento de adaptação às novas situações de um meio social dinâmico e que, por isso, exige constantes e ininterruptas conformações dos seres humanos, sob pena de assim não agindo, correr-se o risco de não se perceber espaços e situações de vida boa existentes no mundo contemporâneo. A educação é tão relevante que ao seu sucesso ou insucesso está ligado e dependente o crescimento ou a ruína de uma civilização (SANTOS E MORAIS, 2007, p. 12).

A importância do Direito Ambiental como componente curricular obrigatório reside, ainda, no fato de que o Direito Ambiental passou a fazer parte da lista de disciplinas exigidas no Exame Nacional de Cursos, para avaliação dos cursos de graduação em Direito (MACHADO, 2009, p. 55).

Além disso, é importante destacar que os concursos públicos estão incluindo nos programas das diversas instituições públicas e privadas a questão ambiental (ALMEIDA, 2007, p. 03).

Almeida entende que, para haver uma melhor abordagem do Direito Ambiental, no curso de Direito, deveria existir interação entre as Faculdades de Direito e Faculdades como as de Ciências Biológicas, Nutrição, Agronomia, Veterinária, Engenharia Florestal/Sanitária/Ambiental/Civil, Arquitetura, Geografia, Geologia, Oceanografia, com o objetivo de desenvolver a transversalidade e transdisciplinaridade do Direito Ambiental nos estudantes de Direito (IDEM, p. 05).

Esclarece a autora, que, a transversalidade das informações, atuando na integração e capacitação dos profissionais, entre os quais, os operadores do Direito, é capaz de gerar novas e constantes oportunidades na garantia do aperfeiçoamento das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (IDEM, IBIDEM).

Além disso, considera que a disciplina Direito Ambiental deveria ser oferecida em três períodos, “Direito Ambiental I, II e III”, períodos esses, justificados pela gama de assuntos que o Direito Ambiental necessita abordar, tanto da seara jurídica quanto das ciências extrajudiciais (IDEM, p. 03).

Santos e Morais (2007, p. 10) asseveram que o grande objetivo dos seres humanos é a permanente procura por uma existência feliz.

Não se pode negar que, hodiernamente, a felicidade da raça humana está intimamente vinculada ao bem-estar do meio ambiente, do qual os seres humanos são parte indissociável.

Não há possibilidade de se separar o homem da natureza, pelo simples fato da impossibilidade de existência material (LEITE E AYALA, 2010, p. 72). O homem depende da natureza para sobreviver.

Santos e Morais (2007, p. 15), seguindo o raciocínio acerca da procura por uma existência feliz, questionam se o ensino jurídico tem algo a proporcionar em termos de construção da felicidade. Consideram que, nas preocupações presentes nas construções científicas da imensa maioria dos juristas, assim como na maior parte dos projetos pedagógicos que deveriam orientar a execução dos cursos de Direito, revela-se um total descaso com discussões e digressões dirigidas ao papel do Direito e à produção de felicidade.

Neste âmbito, pode-se ousar dizer que, a partir do momento em que a ciência (jurídica ou não) passa a se remodelar, com vistas a se tornar mais condizente com a realidade em que se encontra, está sendo feito um bem para a humanidade, o que, por via de consequência, poderá ensejar na felicidade geral.

Uma das contribuições que as Faculdades de Direito podem proporcionar em termos de produção da felicidade que, de acordo com Santos e Morais, está defasada na seara do Direito, é a necessidade de se ter, nos Projetos Pedagógicos de tais Faculdades, um estudo que enfatize conteúdos referentes à proteção do meio ambiente e ao Direito Ambiental.

Isto é afirmado numa perspectiva intergeracional. Justificativa para se considerar possível esta assertiva pode ser encontrada em Santos e Morais, que, com base em Aristóteles, salientam: “a felicidade não é algo que pode ser verificado momentaneamente, em escassos lapsos sincrônicos, pequenos momentos da existência, (...) é algo diacrônico, que só pode ser aferido ao longo de uma vida” (IDEM, p. 11).

Sendo assim, a formação de profissionais do Direito capacitados para atuar no âmbito do Direito Ambiental, pode trazer benefícios não apenas para as gerações atuais, mas, sobretudo, para as gerações futuras, na medida em que a proteção do meio ambiente, hoje, induz a um ecossistema mais equilibrado no futuro.

A formação “ambiental” do aluno de Direito possibilita a construção do senso crítico tão almejado para a formação da classe universitária, que vai além daquele desenvolvido pelas disciplinas clássicas dos cursos de Direito.

Os graduandos em Direito, no momento em que tem acesso a conteúdos de Direito Ambiental abordados interdisciplinarmente e em conexão com a realidade circundante, de forma a desenvolver seu senso crítico, despertam o interesse em ampliar os conhecimentos

ambientais, criam espaço de interação junto às comunidades, passam a estudar o Direito de forma a unir a teoria à prática, afastando-se dos ultrapassados métodos tradicionais do ensino jurídico (ALMEIDA, 2007, p. 06).

Tal prática é fundamental para a efetividade do Direito Ambiental, uma vez que se configura em disciplina jurídica de resultados, que só se justifica pelo que alcança, concretamente, no quadro social das intervenções contra a degradação (BENJAMIM, 2007, p. 67).

A tentativa de mudança de postura dos alunos de Direito, através da implementação do Direito Ambiental como disciplina obrigatória, tem como escopo suprir a atual situação, segundo Akiau e Padueli, de carência de advogados egressos dos cursos de graduação em Direito, com conhecimentos e atitudes, capazes de atender à crescente demanda que suscitam as questões ambientais (p. 02).

Além de advogados, é fundamental que os profissionais do Direito das mais diversas áreas de atuação, incluindo juízes, promotores, professores, tenham uma base de Direito Ambiental bem desenvolvida, para que possam atender satisfatoriamente às necessidades de um mundo que cada vez mais milita em favor da proteção ambiental.

Neste ponto, para reforçar a necessidade de se ter profissionais satisfatoriamente preparados para atuar na seara do Direito Ambiental, convém citar Sarlet e Fensterseifer, que consideram

importante o investimento (...) na adequada formação dos quadros do Poder Judiciário para atuação em matéria ambiental, especialmente pelo forte conteúdo interdisciplinar dos problemas a serem enfrentados e a necessária capacidade de avaliação de laudos periciais complexos (2008, p. 96 – 97).

A despeito da importância dos concursos e do Exame Nacional de Cursos, não se pode esquecer que o objetivo principal de pleitear o Direito Ambiental como componente curricular obrigatório, reside no fato de se pretender formar operadores do Direito mais preparados para a prática jurídica ambiental, e com o senso de cidadania ambiental mais apurado.

Conforme bem salienta Sirvinskas, “é o exercício efetivo da cidadania que irá proporcionar a melhora de vida do ser humano” (2005, p. 08).

Diante da sociedade de risco que ora se apresenta, faz-se mister que as Faculdades de Direito exerçam a tarefa sócio-ambiental de “ambientalizar” seus Projetos Pedagógicos, com base na autonomia conferida pela Resolução nº 9/04, e implantar, em suas grades curriculares, o componente curricular Direito Ambiental de forma obrigatória, ou, utilizando a linguagem adotada pela Resolução nº 9/04, inserir conteúdos essenciais de Direito Ambiental.

Diante da existência de problemas ambientais em todo o Brasil, é urgente que o Direito Ambiental esteja incluso nos currículos das Faculdades de Direito de forma obrigatória.

CONCLUSÕES

- A condição de risco, da sociedade atual, é uma realidade latente, que teve seus contornos traçados, sobretudo, após a Revolução Industrial, a partir de quando, os avanços da indústria, ciência e tecnologia se acirraram;
- Diante da complexidade do quadro de risco, a ciência e a tecnologia mostram-se incapazes de solucioná-lo eficazmente, e em sua plenitude, vez que os riscos são indeterminados, em termos de quando e onde podem ocorrer, e quanto à extensão dos danos que podem causar;
- A mudança, ou tentativa de mudança, do quadro de sociedade de risco, requer a construção de um Estado de bem-estar Ambiental, com atitudes advindas da Administração Pública, Poder Judiciário, legisladores, iniciativa privada e demais segmentos que compõem a sociedade, incluindo, os cidadãos;
- A existência problemas inerentes à tutela do meio ambiente, no Brasil, é ampla, e, diante da crescente demanda, é urgente a formação de mais profissionais dedicados à temática referente à proteção ambiental, tanto nos setores técnico e administrativo, quanto na seara jurídica;
- Neste sentido, tem-se que o papel das Universidades é crucial na formação de profissionais mais conscientes e interessados em atuar no combate à degradação ambiental;
- O ensino do Direito precisa ser mais vinculativo, atrelar a teoria estudada nos livros à prática da realidade circundante. É necessário que os problemas enfrentados pela sociedade sejam abordados em sala de aula para possibilitar tornar “vivas”, as letras dos compêndios acadêmicos.
- Neste diapasão, considera-se indispensável, a disponibilidade do componente curricular Direito Ambiental, nas Faculdades de Direito brasileiras, como forma de ensinar as questões jurídicas concernentes à proteção do meio ambiente, difundir a educação ambiental aos graduando de Direito e, formar profissionais mais interessados pelo tema, preparados e dispostos a trabalhar na área ambiental;
- A Resolução nº 9/04, apesar de condizente com a realidade atual, por requerer estudo crítico, interdisciplinar, que correlacione teoria e prática, falhou, ao deixar de abordar

temas relevantes e presentes no cotidiano da sociedade hodierna, tais como os relativos aos direitos coletivos e difusos. Em particular, a ausência do enfoque ao Direito Ambiental;

- Entretanto, a Resolução nº 9/04 proporcionou flexibilidade aos cursos de Direito, na elaboração de seus Projetos Pedagógicos;
- Neste sentido, perante a sociedade de risco ambiental, que enseja providências advindas dos diversos setores da sociedade, entende-se que o Projeto Pedagógico das Faculdades de Direito brasileiras necessita incluir temas direcionados ao Direito Ambiental, o que, na prática, resulta na inserção do Direito Ambiental enquanto componente curricular obrigatório;
- Isto porque, para haver a prestação da justiça e o desenvolvimento da cidadania, requeridos pelo art. 3º da Resolução nº 9/04, considera-se como indispensável, aos alunos, o acesso aos conteúdos referentes ao Direito Ambiental;
- Pode-se dizer, ainda, que a inserção do componente curricular Direito Ambiental de forma obrigatória, nas grades curriculares das Faculdades de Direito, atende às exigências dispostas no inciso I, do art. 2º, e, no inciso II, do art. 5º, ambos, dispositivos da Resolução nº 9/04;
- A capacitação de recursos humanos, para atuação na área ambiental, deve buscar a formação de uma consciência ambiental em indivíduos aptos ao pleno exercício da cidadania e à realização de ações de transformação socioambiental embasadas nos conceitos de ética, justiça, equidade e democracia, preparando-os, ao mesmo tempo, para a construção de sociedades mais sustentáveis;
- Por óbvio, para aqueles profissionais que pretendem se dedicar à área do Direito Ambiental, não se pode negar ser indispensável aperfeiçoar-se, aprofundar-se em cursos especializados na área. No entanto, o contato com o assunto, ainda na graduação, mostra-se fundamental. Isto porque, dispensa a todos os graduandos em Direito, noções acerca de ramo novo, porém salutar para a sociedade atual;
- A formação de profissionais do Direito capacitados para atuar no âmbito do Direito Ambiental, pode trazer benefícios não apenas para as gerações atuais, mas, sobretudo, para as gerações futuras, na medida em que a proteção do meio ambiente, hoje, induz a um ecossistema mais equilibrado no futuro;
- Além de advogados, é fundamental que os profissionais do Direito das mais diversas áreas de atuação, incluindo juízes, promotores, professores, tenham uma base de

Direito Ambiental bem desenvolvida, para que possam atender satisfatoriamente às necessidades de um mundo que cada vez mais milita em favor da proteção ambiental;

- A despeito da importância dos concursos e do Exame Nacional de Cursos, não se pode esquecer que o objetivo principal de pleitear o Direito Ambiental como componente curricular obrigatório, reside no fato de se pretender formar operadores do Direito mais preparados para a prática jurídica ambiental, e com o senso de cidadania ambiental mais apurado;
- Faz-se mister o desenvolvimento, nos cidadãos, de postura ética e responsável perante os problemas ambientais, com o cultivo do ecocentrismo, em detrimento do antropocentrismo, ou, pelo menos, a existência de antropocentrismo mais brando, que inclua o meio ambiente entre as prioridades do ser humano;
- Todos esses requisitos pressupõem a efetividade da educação ambiental em sentido formal e não-formal promovida, formalmente, em todos os níveis de ensino e, informalmente, nas comunidades.

REFERÊNCIAS

AKIAU, Roberto. **Direito e Meio Ambiente: perspectivas da contribuição do advogado para a gestão ambiental diante das novas diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em direito**. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente) – Centro Universitário SENAC, Campus Santo Amaro, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.sp.senac.br/LINKS/acervo261517/Roberto_Akiau.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2010.

_____. PADUELI, Margarete Ponce. **Direito Ambiental nos cursos de Graduação em Direito: Disciplina eletiva ou obrigatória?** Disponível em: http://www.ibap.org/noticias/nacioanl/040907/Tese_Roberto.doc. Acesso em: 10 ago. 2010.

ALMEIDA, Maria de Fátima Vinhas. **Importância do Estudo de Direito Ambiental nos Cursos de Graduação**. 2007. Disponível em: <http://www.ibap.org/noticias/nacional/040907/Tese_Fatima.doc>. Acesso em: 5 ago. 2010.

AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. A trajetória dos Advogados do Brasil. In: Paiva, Mário Antônio Lobato (coord.) **A importância do Advogado para o Direito, a Justiça e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

BALDIN, Nelma; RODRIGUES, Shira Thais Hardt; HARITSCH, Fabiane Maia. Legislação ambiental e educação ambiental: a importância dessa associação para populações que ocupam

áreas de bacia hidrográfica. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 53, p. 223 – 240, 2009.

BARBOSA, Erivaldo Moreira. **Direito Ambiental**: em busca da sustentabilidade. São Paulo: Scortecci, 2005.

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e. Constitucionalização do Ambiente e Ecologização da Constituição Brasileira. In: José Joaquim Gomes Canotilho; José Rubens Morato Leite (Orgs.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 57-130.

BOFF, Leonardo. **A opção-Terra**: a solução para a Terra não cai do céu. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BEZERRA, Paulo César Santos. **Temas Atuais de Direitos Fundamentais**. Ilhéus: Editus, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.presidencia.republica.gov.br/>>. Acesso em 29 nov. 2009.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2010.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.presidencia.republica.gov.br/>>. Acesso em 29 nov. 2009.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Declaração de Estocolmo**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 10 mai. 2010.

_____. **Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.presidencia.republica.gov.br/>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

CARVALHO, Délton Winter de. A sociedade de risco e o meio ambiente como um direito personalíssimo intergeracional, **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 52, p. 27 – 36, 2008.

Carta aos Professores. Contribuições de Adriana Diaféia, Ana Cláudia Bento Graf, Antônio Herman Benjamin, Cristiane Derani, Eldis Camargo, Érika Bechara, Guilherme José Purvin de Figueiredo e Jalusa Prestes Abaide. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 32, p. 227, 2003.

CASTRO, Daniella Mac-Dowell Leite de. **Análise do impacto da capacitação em direito ambiental**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO, Raquel Araújo. A hermenêutica constitucional americana na sociedade pós-moderna: uma contribuição para a defesa do meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 32, p. 145 – 158, 2003.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2001.

CURY, Vera de Arruda Rozo. **Introdução à formação jurídica no Brasil**. Campinas: Edicamp, 2002.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: Saraiva, v. 2, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FREITAS, Carlos Machado. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, p. 137 – 150, 2003.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n1/a11v08n1.pdf>>. Acesso em 30 out. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GORDILHO, Heron José de Santana. **Direito Ambiental Pós-Moderno**. Curitiba: Juruá, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. A Transdisciplinaridade do Direito Ambiental e sua Equidade Intergeracional. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 22, p. 113-136, 2001.

_____. **Dano Ambiental**: do individual ao extrapatrimonial. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; ARAÚJO, Rogério César Pereira de; ALENCASTRO, Maria Alice Cruz. O licenciamento ambiental em áreas de assentamento de reforma agrária no Estado do Ceará. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 50, p. 9 – 27, 2008.

LOVELOCK, James. **Gaia**: cura para um planeta doente. Tradução: Aleph Teruya Eichemberg; Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

MACHADO, Fernanda. Feudalismo: servidão, impostos, taxas, suserania e vassalagem. **Uol Educação**, p. 1. Disponível em:

<<http://educacao.uol.com.br/historia/feudalismo-servidao-impostos-taxas-suserania-e-vassalagem.jhtm>>. Acesso em: 20 nov. 2010 (a)

MACHADO, Fernanda. Renascimento Comercial: Fim do Feudalismo e o Capitalismo Comercial. **Uol Educação**, p. 1. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia/renascimento-comercial-fim-do-feudalismo-e-o-capitalismo-comercial.jhtm>>. Acesso em: 20 nov. 2010 (b)

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MARTINEZ, Sergio Rodrigo. **Manual da educação jurídica**: um contra-arquétipo na proposta de criação de um núcleo transdisciplinar. Curitiba: Juruá, 2003.

MARTINS, Julio de Pina. Análise Prospectiva do Direito do Ambiente. **Revista de Direito do Ambiente e Ordenamento do Território**, Lisboa, n. 1, 2005

MENEZES, Paulo Roberto Brasil Teles de. O direito do ambiente na era de risco: perspectivas de mudança sob a ótica emancipatória. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 32, p. 123 – 144, 2003.

MORAES, Maria Eugênia Bruck de; LORANDI, Reinaldo. Análise da efetividade da legislação ambiental brasileira no processo de ocupação de bacias hidrográficas. O caso da bacia do Rio Bonito (SP). **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 36, p. 151 – 167, 2004.

NORMA BRASILEIRA. **ABNT NBR 14724**. Informação e Documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Bernardete Campos. **Impacto de práticas agrícolas sobre mananciais, alimentos e qualidade de vida**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Centro de Ciências Sociais e da Saúde, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2001.

OLIVEIRA, Juliana Campos de; OLIVEIRA, Rafaela Campos de. Legitimidade das organizações não-governamentais para propositura de ação popular em matéria ambiental. **Scientia Iuris: Revista do curso de mestrado em direito negocial da UEL**, Londrina, n. 14, p. 109 – 119, 2010.

_____. Direito e Meio Ambiente: Análise da importância da efetividade do direito ambiental para tutela do meio ambiente, sob o ponto de vista de alunos de Direito da Universidade Estadual da Paraíba. In: **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI**, Fortaleza, 2010, p. 1565 – 1594.

Disponível em:

<<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3234.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2010, p. 1591.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília. **Educação ambiental**: desenvolvimento de cursos e projetos. São Paulo: Signus, 2000.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. Proteção dos recursos hídricos. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 32, p. 33 – 67, 2003.

SANTOS, André Leonardo Copetti; MORAIS, José Luis Bolzan de. **Ensino Jurídico e a Formação do Bacharel em Direito**: Diretrizes Político-Pedagógicas do Curso de Direito da Unisinos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SANTOS, Antônio Silveira Ribeiro dos. O Direito Ambiental e a Participação da Sociedade. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 3, p. 217-223, 1996.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. O papel do Poder Judiciário Brasileiro na tutela e efetivação dos Direitos e deveres socioambientais. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 52, p. 73 – 100, 2008.

SILVA, Vasco Pereira. **Ensinar verde a direito**: estudo de metodologia do ensino do direito do ambiente. Lisboa: Almedina, 2006.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.